

“NOVO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA JURISTAS”

Modalidade de Formação: Formação profissional contínua

Forma de organização: Formação em sala

Carga horária: 14 horas

Destinatários: Juristas do MAFDR e MM que necessitam desta formação para o exercício das funções que desempenham.

Objectivos:

- Aplicar e conhecer a legislação em vigor no que concerne ao CPA para os trabalhadores em Funções Públicas;
- Conhecer a evolução e reforma do Código de Procedimento Administrativo;
- Reconhecer o âmbito de aplicação do novo regime e identificar as principais diferenças introduzidas pelo novo código.

Conteúdos:

A) NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

B) PRINCIPAIS FORMAS DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA, EM ESPECIAL O ATO ADMINISTRATIVO – BREVE INCURSÃO

- a) Quadro legal dos instrumentos de atuação à disposição da Administração
- b) Ato Administrativo
- c) Conceito
- d) O ato administrativo para a doutrina tradicional
- e) Funções dos atos administrativos
- f) Declarações anómalas da Administração
- g) Classificação dos atos administrativos no que respeita ao seu conteúdo

C) O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO GERAL

1.

- a) Conceito
- b) Objetivos do Procedimento Administrativo
- c) Distinção de figuras afins: do processo administrativo e do ato complexo
- d) Importância do CPA na tramitação do procedimento
- e) Tipos de procedimentos, em especial os procedimentos cautelares
- f) Fases do Procedimento Administrativo 1 – Fase preparatória
- g) Fase de iniciativa
- h) Fase instrutória: em especial os pareceres
- i) Audiência dos interessados (o relevo do direito à informação)
- j) Relatório do instrutor
- k) Fase constitutiva
- l) Eficácia

2. Validade, Eficácia e interpretação

- a. Requisitos de validade
- b. Vícios
- c. Formas de Invalidade
- d. Interpretação e integração do ato administrativo

3. Extinção, revogação e modificação

- a) Regime da Anulação administrativa
- b) Regime da revogação

4. Suspensão, ratificação e sanção

- a) A suspensão
- b) Rectificação do ato administrativo
- c) Ratificação, reforma e conversão do ato administrativo

5. Execução

- a) Princípios gerais

- b) Regime da execução
- c) Fins e formas de execução
- D) **RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO**
 - a) Generalidades
 - b) A responsabilidade civil por gestão privada
 - c) A responsabilidade civil por gestão pública
- E) **AS GARANTIAS DOS PARTICULARES**
 - a) Garantias políticas
 - b) Garantias administrativas
 - c) Principais garantias Graciosas-Remissão

Metodologias: Método expositivo e participativo

Avaliação: Qualitativa

Regime de Assiduidade: As faltas não podem exceder 5% do total das horas de formação.